

Tesouro nega renegociação interna

O secretário do Tesouro Nacional, Luis Antônio Gonçalves, negou ontem que o Governo esteja estudando uma renegociação da dívida pública interna. "A renegociação é feita semanalmente nos leilões do Banco Central, sem sobressaltos em bombardeamento do mercado", afirmou o secretário. A redução do peso da dívida, segundo ele, virá em decorrência do corte de despesas e aumento de receitas proporcionados pelo ajuste fiscal que o Executivo realizará através da revisão do Orçamento Geral da União para 1989.

No próximo ano, no entanto, Luis Antônio Gonçalves não acredita que seja possível realizar o resgate líquido de títulos da dívida pública, ou seja, interromper a colocação de papéis no mercado e ainda descontinuar uma parte dos que vencerem. Isto somente será possível quando o setor público gastar menos do que arrecada. Na proposta de revisão do orçamento para o próximo ano, isto não está previsto. O máximo que os técnicos esperam é conseguir equilibrar as contas, reduzindo o déficit para o valor mais próximo possível do zero.

O Governo considera isto uma grande vitória, pois o planejamento original, acertado, com o Fundo Monetário Internacional, previa um déficit de 2 por cento do PIB (Produto Interno Bruto) para todo o setor público em 1989 (incluindo estatais, Governo Federal, Estados, municípios e Previdência Social).

TRANQUILIDADE

O secretário do Tesouro afirmou que o mercado está aceitando com tranquilidade os títulos do Governo como mostram os resultados do leilão efetuado ontem pelo Banco Central. Os Cz\$ 550 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) oferecidos às instituições financeiras foram aceitos integralmente, segundo ele. Deste total, Cz\$ 300 bilhões são títulos com prazo de vencimento de 182 dias, que receberam deságio de 0,22%. Os Cz\$ 250 bilhões restantes serão resgatados em 273 dias, e pagarão uma remuneração maior, através de um deságio de 0,27 por cento.

No final de outubro, o quadro foi diferente e por duas semanas consecutivas o Governo não conseguiu obter empréstimos através da emissão de títulos públi-

cos. Em dois leilões realizados, os investidores não aceitaram o deságio oferecido pelo Banco Central. Segundo Luis Antônio Gonçalves, aquilo foi um acontecimento circunstancial, provocado por boatos surgidos, principalmente após entrevista do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, pregando a moratória da dívida interna.

CRESCIMENTO

A dívida interna não pára de crescer e até outubro já havia atingido Cz\$ 46,5 trilhões, equivalente a cerca de 90 bilhões de dólares. Este crescimento aproxima cada vez mais o valor da dívida pública ao montante da dívida externa brasileira, calculada em 115 bilhões de dólares. Até setembro, quando o estoque da dívida estava em Cz\$ 37 trilhões, calculava-se seu crescimento em 11,95%, apenas nos nove primeiros meses deste ano.

Segundo o secretário do Tesouro, destes Cz\$ 46,5 trilhões, cerca de Cz\$ 30,9 trilhões estão no mercado, em poder dos investidores. Os Cz\$ 15,6 trilhões restantes são compostos por lotes LTN especial (Letras do Tesouro Nacional).